



## Portugal: Armas de fogo, violência e mulheres

Segundo a Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, as armas de fogo vitimam, anualmente, em todo o mundo, cerca de 400 mil pessoas. Dessas mortes, apenas 25% se registam em contextos de guerra, atingindo sobretudo civis. As armas de fogo são ainda responsáveis pela morte de 240 mil pessoas em contextos de paz, todos os anos, em resultado de homicídios, mortes acidentais e suicídios, sendo que a maioria destas armas se encontram em posse civil, superando aquelas sob controlo do Estado e forças de segurança.

Apesar de não constituírem a maioria das vítimas directas das armas de fogo, as mulheres e jovens do sexo feminino são, no entanto, afectadas de várias formas por esta violência. As armas de fogo constituem uma fonte de perigo acrescido para o sexo feminino quando presentes no contexto privado, independentemente de quem é o proprietário da arma, das suas motivações e da legalidade da mesma.

Em Portugal, a maioria das armas de fogo legais encontram-se nas mãos de indivíduos do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos. Do mesmo modo, a maioria dos utilizadores criminais de armas de fogo são homens, de nacionalidade portuguesa (MAI, 2007). Apesar de a arma de fogo representar “medo”, “ameaça” e “morte”, algumas mulheres identificam-nas com necessidades de autodefesa e protecção face a ameaças externas ou com protecção individual e do negócio (no caso da utilização criminal). Além disso, algumas mulheres participam (activa ou inconsciente) na construção e reforço dos padrões de sociabilidade violenta, apoiando e encorajando a associação entre armas e masculinidade.

Entre 2003 e 2008 morreram 985 pessoas vítimas de armas de fogo em Portugal. Destas, 225 eram mulheres (24%). Entre 2007 e 2009, registaram-se 191 casos de utilização de armas de fogo em situações de violência doméstica, o que corresponde a 0,5% do total dos casos de violência doméstica reportados (42 336 casos) e 13% do universo total de utilização de armas em situações de violência doméstica nesses anos (1531) (MAI, 2007-2009). Segundo o DGAI, 16,3% dos denunciados/as possuía e/ou utilizou arma no ano de 2009, valor semelhante aos apurados para 2008 (16,5%) e 2007 (15,7%).

Dados de um inquérito aplicado a nível nacional pelo NEP/CES para averiguar os impactos das armas de fogo na violência contra as mulheres, em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), revelou que das 101 mulheres que recorreram a esta Associação e que acederam responder ao questionário, 30,7% refere que o/a responsável pela agressão possui/tem acesso a armas/s de fogo. Relevante é também a percentagem de denunciadas que afirmou *não saber* se o parceiro íntimo tinha uma arma em casa (39%). Não saber significa ter que lidar com essa dúvida e, portanto, com a eminência da descoberta da sua existência.

Através deste inquérito apurou-se ainda que a ameaça do uso de arma é a forma de intimação mais comum, inclusivamente superior ao apontar da arma à vítima. Em 50% dos casos relatados o facto de o(a) agressor(a) possuir/ter contacto com arma/s de fogo impediu a vítima de reagir fisicamente, e em 27% verbalmente. A maioria dos agressores guarda a arma em casa (80%), aumentando a possibilidade de a usar em situações de violência doméstica. Não será surpreendente, pois, que 77% das inquiridas afirme que se sentiria mais segura se fosse proibida a venda de armas de fogo a civis em Portugal, sobretudo quando se tem em conta que em 38% dos casos se tratam de armas legais, quase o dobro das ilegais.

Quando não são directamente afectadas pela violência armada são, muitas vezes, as mulheres quem lida com os seus impactos socioeconómicos e emocionais, cabendo-lhes a tarefa de cuidar das vidas destruídas pelas armas de fogo. Grupos de familiares de vítimas de violência armada em todo o mundo, na sua maioria liderados por mulheres, em especial mães, são exemplo disso, destacando-se na luta por justiça, memória e anti-violência.